



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 089/2018

Processo Administrativo nº 3.034/2018

O MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO pessoa jurídica de direito público, com sede na Av. José Grilo, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº. **27.165.570/0001-98**, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** com sede na Rua José Oliveira de Souza, 300, Bairro Pedro Rigo Inscrita no **CNPJ 14.733.777/0001-70** neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **CHRISTIANO SPADETTO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Avenida José Grilo, nº 794, Centro, Conceição do Castelo, ES, CEP 29.370-000, inscrito no CPF sob o nº 003.755.567-70 e no RG sob o nº 961351-ES, e a Secretaria Municipal de Saúde o **Sr^a. SANDRA REGINA LUPIM SANTOS**, brasileira, residente e domiciliada na Av. José Grilo, S/N, Aptº 305, Edifício Maria de Oliveira Pinto-Centro, Conceição do Castelo, ES portadora do CPF nº. **003.305.357-44** e **RG 062521604 IFP RJ**, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR** e de outro lado, a empresa **HOLY MED PRODUTOS MÉDICOS HOSPITARES LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **10.696.551/0001-95**, com sede na Rua Samuel Levy, nº 292/296, Bairro Aquidaban, Cachoeiro de Itapemirim – ES, Cep: 29.308-180, por seu representante legal, Sr. **MARCOS PAULINI CARVALHO** portador do CPF-MF nº 017.018.097-29 e RG nº 975551-SPTC/ES, doravante denominada **CONTRATADA**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma **PRESENCIAL**, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 000030/2018**, processo administrativo 3.034/2018, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes nas Leis Complementares 126/2006 e 147/2014 e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto Municipal nº 2.247/2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO - ES, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como, no Termo de Referência (ANEXO I), parte integrante deste edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 - O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

2.2 - Discriminação do objeto:

Item	Código	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00011	00038633	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL resina composta a2 fotopolimerizável para dentes posteriores e anteriores, microhíbrida, com nanopartículas de 20nm, composta por matriz inorgânica de zircônia /sílica com 81,8 % em peso e 67,8 % em volume e matriz orgânica de bis-gma, udma, bis-ema, pegdma e tegmema. (seringa com 4 gramas)	3M Z250XT	UN	10,00	62,00	620,00
00012	00004002	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL A3 resina composta a3 fotopolimerizável para dentes posteriores e anteriores, microhíbrida, com nanopartículas de 20nm, composta por matriz inorgânica de zircônia /sílica com 81,8 % em peso e 67,8 % em volume e matriz orgânica de bis-gma, udma, bis-ema, pegdma e tegmema. (seringa com 4 gramas)	3M Z250XT	UN	10,00	69,00	690,00
00013	00015893	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A3,5 resina composta a3,5 fotopolimerizável para dentes posteriores e anteriores, microhíbrida, com nanopartículas de 20nm, composta por matriz inorgânica de zircônia /sílica com 81,8 % em peso e 67,8 % em volume e matriz orgânica de bis-gma, udma, bis-ema, pegdma e tegmema. (seringa com 4 gramas)	3M Z250XT	T	5,00	69,00	345,00
00014	00004003	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL B2 resina composta b2 fotopolimerizável para dentes posteriores e anteriores, microhíbrida, com nanopartículas de 20nm, composta por matriz inorgânica de zircônia /sílica com 81,8 % em peso e 67,8 % em volume e matriz orgânica de bis-gma, udma, bis-ema, pegdma e tegmema. (seringa com 4 gramas)	3M Z250XT	UN	10,00	69,00	690,00
00015	00004004	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL B3 resina composta b3 fotopolimerizável para dentes posteriores e anteriores, microhíbrida, com nanopartículas de 20nm, composta por matriz inorgânica de zircônia /sílica com 81,8 % em peso e 67,8 % em volume e matriz orgânica de bis-gma, udma, bis-ema, pegdma e tegmema. (seringa com 4 gramas)	3M Z250XT	UN	10,00	69,00	690,00
00024	00002337	DETERGENTE ENZIMÁTICO detergente enzimático com ação bacteriostática, 4 enzimas. eficaz contra a matéria, orgânica alto poder desengordurante, removendo proteínas, amidos, lipídeos e componentes do biofilme e biocarga. (embalagem com 5 litros)	CICL OF ARM A	GL	15,00	200,00	3.000,00
00029	00040274	GEL DENTAL PARA BEBÊ gel dental para bebê, sem flúor, baixa abrasividade sabor morango bisnaga plástica com 50 gramas	BAMBI N OS	UN	2.000,00	5,59	11.180,00
00030	00000401	CREME DENTAL creme dental com 1450ppm flúor (mpf) cálcio e flúor ativo contendo pirofosfato tetrassódico sabor menta refrescante bisnaga plástica de 50gramas com selo de aprovação da abo.	SORRI S O	PCT	4.000,00	2,95	11.800,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO

00033	00037658	MATERIAL DE OBTURAÇÃO DE CANAL TEMPORARIO (PASTA MAISTO & CAPURRO) material de obturação de canal temporário (pasta de maisto & capurro). composição: pó- hidróxido de cálcio pa e iodoformio em partes iguais + veículo propilenoglicol - seringa de 2,5 g.	BIODIN A MICA	SER	5,00	23,90	119,50
-------	----------	---	---------------------	-----	------	-------	--------

2.2 – O valor total registrado é de **R\$ 29.134,50 (vinte e nove mil cento e trinta e quatro reais e cinquenta centavos)**.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, ou seja, **de 23 de julho de 2018 a 22 de julho 2019**, vedada a sua prorrogação.

4 - CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - Fica dispensada a certificação de dotação orçamentária nos processos licitatórios para registro de preços, nos termos do art. 15 da lei federal Nº 8.666/93, devendo ser informada no ato da compra.

5 - CLÁUSULA QUINTA - ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1 - As compras serão realizadas de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, no período de vigência da Ata de Registro de Preços.

5.2 - Os materiais deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua José Oliveira de Souza nº 300, Bairro Pedro Rigo, Conceição do Castelo, ES, no horário de 07h00 as 11h00 e de 13h00 as 15h:00 de segunda à sexta-feira. Sábados, domingos e feriados não será aceito entregas.

5.3 - Os materiais deverão ser entregues de forma parcelada no prazo de 20 dias após a emissão de autorização de fornecimento, de acordo com a solicitação do Setor responsável, no qual constará os quantitativos, prazos e locais para entrega.

5.4 - Os itens deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante o transporte e descarga no local de entrega;

5.5 - Os materiais "termo sensíveis" deverão estar comprovadamente acondicionados em temperatura adequada;

5.6 - Os materiais deverão estar acondicionados em embalagem original do fabricante, com o nome do responsável técnico, lote de fabricação e validade estampada em cada embalagem;

Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo, ES - Av. José Grilo, Nº 426, Centro, Conceição do Castelo, Cep. 29370-000, Tel: 3547-1101, E-mail: pmcc.licita@gmail.com.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO

5.7 - a data de validade dos produtos será mínima de 2/3 (dois terços) do período de validade do fabricante;

5.8 - Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.9 - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.10 - Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.11 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.12 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.13 - Durante a vigência do contrato, a empresa fica obrigada a entregar os produtos de acordo com o valor proposto, nas quantidades solicitadas.

5.14 - Fica a critério da contratante a definição do momento de início da execução do contrato.

5.15 - A empresa fica obrigada a atender a todos os pedidos realizados pela Administração.

6 - CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1 - O preço registrado poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

6.1.1 - Pela administração, quando houver comprovado interesse público, ou quando o fornecedor:

- a) Não formalizar a Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;
- b) Não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;
- c) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superior aos praticados no mercado;
- d) Incorrer em inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços.

6.1.2 - Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências do

Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo, ES - Av. José Grilo, N° 426, Centro, Conceição do Castelo, Cep.

29370-000, Tel: 3547-1101, E-mail: pmcc.licita@gmail.com.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO

instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços.

6.2 - O cancelamento do registro de preços por parte da Administração, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

6.2.1 - O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pela empresa, observada os critérios estabelecidos na cláusula décima primeira deste instrumento.

6.3 - Da decisão da administração se dará conhecimento aos fornecedores, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento.

6.4 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.

6.5 - A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justificam o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA- DO PAGAMENTO

7.1 - O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, por meio de conta corrente da CONTRATADA, no Banco por ele indicado na Proposta de Preços, contados da data da ordem de fornecimento do objeto contratado, constantes na Nota Fiscal/Fatura emitida em 02 (duas) vias, juntamente com o instrumento de autorização e obrigatoriamente com a comprovação da entrega do objeto, devidamente atestado pelo fiscal do contrato, em conformidade com as informações emitidas na Nota Fiscal de Fornecimento;

7.2 - A Nota Fiscal/Fatura deve conter todos os elementos exigidos em lei, tais como:

7.2.1 - Identificação completa da Contratada: CNPJ (o mesmo constante da documentação fiscal, exceto se for emitida por filial/matriz que contém o mesmo CNPJ base, com sequencial específico da filial/matriz) da contratada, endereço, inscrição estadual ou municipal, etc.;

7.2.2 - Identificação completa do contratante;

7.2.3 - Descrição de forma clara do objeto executado;

7.2.4 - Valores unitários e totais com as informações referentes aos itens do objeto efetivamente entregues;

7.2.5 - Número do processo que originou a licitação.

7.3 - Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer

Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo, ES - Av. José Grilo, N° 426, Centro, Conceição do Castelo, Cep.

29370-000, Tel: 3547-1101, E-mail: pmcc.licita@gmail.com.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO

ônus para a Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo;

7.4 - Os pagamentos poderão ser sustados pela CONTRATANTE no caso de erros ou vícios na(s) Nota(s) Fiscal (is) de Serviço/Fatura(s);

7.5 - É vedada, terminantemente, a antecipação de pagamentos sem a efetiva entrega do objeto;

7.6 - Os pagamentos serão condicionados à apresentação da Nota Fiscal dos produtos/serviços licitados e entregues/executados devidamente atestados pelo setor competente;

7.7 - Deverá a contratada apresentar ainda as provas de regularidade fiscal e trabalhista com prazo de validade vigente, descritas abaixo:

- a) Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União (Certidão Conjunta PGFN e RFB);
- b) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa;
- c) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa;
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município de Conceição do Castelo;
- e) Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- f) Prova de Regularidade junto a Justiça do Trabalho através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

7.8 - Caso ocorra atraso no pagamento na forma estabelecida acima, POR MOTIVO OU CULPA DO CONTRATANTE, incidirá sobre o valor e/ou parcela em atraso a correção monetária através dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à Caderneta de Poupança, nos termos do artigo 40, inciso XIV, "c" da Lei nº 8.666/93 e alterações;

7.9 - O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços já prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegura à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação e a pronta quitação das parcelas em aberto;

7.10 - Caso a empresa vencedora seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor;

7.11 - No caso de eventuais atrasos de pagamento, e, desde que a CONTRATANTE não tenha concorrido de alguma forma para tanto, observando que o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, por meio de uma taxa prefixada ao ano ou conforme índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à Caderneta de

Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo, ES - Av. José Grilo, N° 426, Centro, Conceição do Castelo, Cep.

29370-000, Tel: 3547-1101, E-mail: pmcc.licita@gmail.com.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO

Poupança (nos termos do artigo 1º alínea "f" da Lei 9.494/94, alterada pelo artigo 5º da Lei nº 11.960/09), mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

I = (TX/100) / 365, sendo:

TX - Percentual da taxa anual do IPCA - Índice de Preço ao Consumidor Ampliado fornecido pela FGV - Fundação Getúlio Vargas.

17.12 - A compensação financeira prevista nesta condição será incluída, a requerimento do interessado, na fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

7.13 - Para habilitar-se ao pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE a 1ª via da Nota Fiscal juntamente com a devida justificativa e comprovação.

7.14 - Dados para emissão da Nota Fiscal:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ: 14.733.777/0001-70

Rua José Oliveira de Souza, nº 300

Bairro Pedro Rigo, Conceição do Castelo, ES

CEP: 29.370-000

Telefone (28) 3547-1368

8 - CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DO FORNECEDOR REGISTRADO

8.1 - OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR:

8.1.1 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital, e seus anexos;

8.1.2 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais/instrumentos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.1.3 - Comunicar ao Fornecedor Registrado, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.1.4 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Fornecedor Registrado, através de comissão/servidor especialmente designados;

Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo, ES - Av. José Grilo, Nº 426, Centro, Conceição do Castelo, Cep. 29370-000, Tel: 3547-1101, E-mail: pmcc.licita@gmail.com.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO

8.1.5 - Efetuar o pagamento ao Fornecedor Registrado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

9.1.6 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Ata de Registro de Preços, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.2 - OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO:

8.2.1 - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

8.2.2 - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazos constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

8.2.3 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto;

8.2.4 - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.2.5 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.2.6 - Entregar os materiais/instrumentos desta licitação após a expedição da autorização de fornecimento e de acordo com a solicitação do Setor Requerente, que dela indicará local da entrega e os quantitativos dos produtos;

8.2.7 - Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela administração;

8.2.8 - Ser responsabilizada pelos danos que vierem a ser causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução da Ata;

8.2.9 - Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos a pessoas causados pelo fornecedor Registrado, seus empregados, ou prepostos, à Contratante ou a terceiros;

8.2.10 - Entregar o objeto desta licitação de forma parcelada, de acordo com as necessidades da administração;

8.2.11 - Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata/Contrato;

8.2.12 - Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo Setor Competente da Contratante;

8.2.13 - Garantir a execução qualificada do contrato durante o período de execução;

8.2.14 - Manter em serviço somente profissionais capacitados, portando crachás de identificação individual, do qual deverá constar o nome do Fornecedor Registrado, número de registro, função e fotografia do empregado portador;

Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo, ES - Av. José Grilo, N° 426, Centro, Conceição do Castelo, Cep. 29370-000, Tel: 3547-1101, E-mail: pmcc.licita@gmail.com.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO

8.2.15 - Assegurar que todo o empregado que cometer falta disciplinar qualificada como natureza grave não seja mantido em serviço;

8.2.16 - A empresa vencedora do certame deverá apresentar no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços declaração, atestando que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;

8.2.17 - Apresentar Órgão Gerenciador, quando exigido, comprovante de pagamentos de salários, apólices de seguro contra acidente de trabalho e quitação de suas obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos seus empregados que estejam ou tenham estado a serviço do Órgão Gerenciador, por força da Ata de Registro de Preços, e, caso não sejam apresentadas, o Órgão Gerenciador autoriza ao Fornecedor Registrado efetuar os devidos pagamentos diretos dos salários e demais verbas trabalhistas, diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS à Administração da seguinte forma:

8.2.17.1 - Autorizar ao Órgão Gerenciador no momento da assinatura da Ata de Registro de Preços, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como, das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

8.2.17.2 - Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Contratante (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, como objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes;

8.2.17.3 - Visando garantir o cumprimento das obrigações trabalhistas, ao Fornecedor Registrado autoriza o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores do Fornecedor Registrado, bem como de suas repercussões perante o FGTS e Seguridade Social, que serão depositados pelo Órgão Gerenciador em conta vinculada específica, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores;

8.2.17.4 - Eventual saldo existente na conta vinculada apenas será liberado com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço;

8.2.18 - O Órgão Gerenciador não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO

8.2.19 - O Fornecedor Registrado não poderá ceder e/ou subcontratar parcialmente os serviços objeto desta contratação sem prévia autorização por escrito do Fornecedor Registrado, ressalvando-se que quando concedido, obriga-se o Fornecedor Registrado a celebrar o respectivo termo de cessão e/ou subcontratação, com a inteira obediência aos termos da Ata de Registro de Preços firmado com o Órgão Gerenciador, e sob sua inteira responsabilidade, reservando ainda ao Órgão Gerenciador o direito de, a qualquer tempo, dar por terminado o termo de cessão e/ou subcontratação, sem que caiba ao cessionário e/ou subcontratado o direito de reclamar indenização ou prejuízo de qualquer espécie. Ocorrendo a hipótese de subcontratação, à subcontratada serão exigidas as mesmas condições de habilitação prevista neste edital.

8.2.19.1 - Em caso de autorização de subcontratação parcial, o limite máximo da subcontratação será de 30

9 - CLÁUSULA NONA- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 - Nos termos do que prescreve a Lei nº 8.666/93, os fornecedores que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com a administração pública municipal e aos licitantes que cometam atos visando frustrar os objetivos da licitação serão aplicadas advertências, multas, suspensão temporária, impedimento de licitar e/ou contratar e declaração de inidoneidade, sem prejuízo de outras providências de caráter administrativo e judicial visando reparação de eventuais danos;

9.2 - As condutas e as sanções a que estão passíveis os licitantes e/ou contratados são as seguintes:

- a) ADVERTÊNCIA no caso de descumprimento de normas de licitação ou de cláusulas contratuais e outras obrigações assumidas;
- b) MULTA MORATÓRIA de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da nota fiscal, por dia, limitada a 10% (dez por cento) no caso de atraso injustificado nos materiais/serviços licitados;
- c) MULTA COMPENSATÓRIA de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de descumprimento do Objeto;
- d) SUSPENSÃO TEMPORÁRIA do fornecedor de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal por 3 (três) meses no caso de vencido o prazo da advertência e o licitante ou contratada permanecer inadimplente;
- e) SUSPENSÃO TEMPORÁRIA do fornecedor de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal por 6 (seis) meses no caso de aplicação de duas penas de advertência, no prazo de 12 (doze) meses, sem que o fornecedor tenha adotado as medidas corretivas no prazo

Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo, ES - Av. José Grilo, N° 426, Centro, Conceição do Castelo, Cep.

29370-000, Tel: 3547-1101, E-mail: pmcc.licita@gmail.com.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO

determinado pela Administração e alteração da quantidade ou qualidade dos bens entregues;

f) **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA** do fornecedor de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal por 12 (doze) meses no caso de retardamento imotivado da execução de obra, de serviço, de suas parcelas ou do fornecimento de bens;

g) **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA** do fornecedor de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal por 24 (vinte e quatro) meses no caso de: entregar como verdadeira mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada; paralisação de serviço, de obra ou de fornecimento de bens sem justa fundamentação e prévia comunicação à Administração; praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos de licitação no âmbito da Administração Pública Municipal; sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo; apresentar documentação ou declaração falsa; falhar ou fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos privados;

h) **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sanção, a qual será concedida sempre que a contratada ressarcir os prejuízos resultantes da sua conduta e depois de decorrido o prazo das sanções de suspensão e impedimento aplicadas, no caso da CONTRATADA ter sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos privados.

9.3 - Na hipótese da aplicação de sanção ficará assegurado ao fornecedor o direito à ampla defesa;

9.3.1 - Ocorrendo a aplicação de sanção o fornecedor será notificado para apresentar defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação;

9.3.2 - No caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, o prazo para a defesa do fornecedor é de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da notificação;

9.3.3 - O desatendimento à notificação importa o reconhecimento da veracidade dos fatos e a preclusão do direito pelo fornecedor, implicando na imediata aplicação da sanção prevista em Lei e no edital;

9.3.4 - No exercício de sua defesa o fornecedor poderá juntar documentos e pareceres, bem como aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo;

9.3.5 - A Contratada incumbirá provar os fatos e situações alegadas e, sem prejuízo da autoridade processante, averiguar as situações indispensáveis à elucidação dos fatos e

Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo, ES - Av. José Grilo, N° 426, Centro, Conceição do Castelo, Cep.

29370-000, Tel: 3547-1101, E-mail: pmcc.licita@gmail.com.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO

imprescindíveis à formação do seu convencimento.

9.4 - A aplicação de três advertências, seguidas de justificativas não aceitas, é causa de rescisão contratual, ficando a cargo da Administração decidir sobre a oportunidade e conveniência de rescindir;

9.5 - Na hipótese da aplicação de multa, em havendo garantia prestada, o valor será descontado desta;

9.5.1 - Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a licitante ou contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ou equivalente, a partir do termo inicial, até a data do efetivo recolhimento, ao qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou cobrada judicialmente;

9.5.2 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega de material/serviços, se dia de expediente normal no órgão ou entidade interessada, ou do primeiro dia útil seguinte;

9.5.3 - A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções restritivas de direitos constantes deste Decreto.

9.6 - Ocorrendo atraso injustificado na entrega do material/serviço licitado, a ordem de fornecimento ou contrato poderá ser cancelada ou rescindida, exceto se houver justificado interesse público em manter a avença, hipótese em que será aplicada multa de acordo com a modalidade;

9.7 - Quando da aplicação de sanções em razão de apresentação documentação ou declaração falsa, falha ou fraude na execução do contrato, inidoneidade de comportamento e cometimento de fraude fiscal será feita comunicação ao Ministério Público para adoção de providências cabíveis no âmbito daquela instituição;

9.8 - Independentemente das sanções administrativas cabíveis, a licitante ou contratada ficará, ainda, sujeita à responsabilização pelo pagamento das perdas e danos causados à Administração Municipal ou a terceiros.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO

10.1 - A rescisão da Ata de Registro de Preços poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/1993, no que couberem, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

11.1 - As condições gerais do fornecimento tais como pagamentos, os prazos para entrega e

Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo, ES - Av. José Grilo, N° 426, Centro, Conceição do Castelo, Cep.

29370-000, Tel: 3547-1101, E-mail: pmcc.licita@gmail.com.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO

recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no TERMO DE REFERÊNCIA.

11.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS.

12.1 - Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos administrativamente, ES, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais regulamentos e normas administrativas que fazem parte integrante desta Ata de Registro de preços, independentemente de suas transcrições.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FORO

13.1 - Fica eleito o Foro da Cidade de Conceição do Castelo, para dirimir quaisquer dúvidas ou contestações oriundas desta Ata de Registro de Preços e que não possam ser resolvidas por meios administrativos, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente ata de registro de preços, foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Conceição do Castelo - ES, 23 de julho de 2018.

CHRISTIANO SPADETTO

Prefeito

SANDRA REGINA LUPIM SANTOS

Secretaria Municipal de Saúde

Representantes dos Órgãos Gerenciadores

MARCOS PAULINI CARVALHO

HOLY MED PRODUTOS MÉDICOS HOSPITARES LTDA ME

Representante legal do fornecedor registrado

TESTEMUNHA:

CPF

CPF

Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo, ES - Av. José Grilo, N° 426, Centro, Conceição do Castelo, Cep. 29370-000, Tel: 3547-1101, E-mail: pmcc.licita@gmail.com.